



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125006 - MG (2020/0063162-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : GUILHERME AUGUSTO DE FARIA SOARES - MG100286
NAYARA ELIAS DE SOUZA - MG173616
WARLYSSON ALBERGARIA SALDANHA - MG202474
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUCAS GABRIEL GOMES DE BRITO ao *decisum* de e-STJ fls. 199/207, que negou seguimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, por reconhecer a ocorrência de constrangimento ilegal.

Em suas razões, a defesa afirma que a decisão foi omissa, em especial, sobre o resultado do julgamento dos corréus, que já estão em liberdade.

Afirma que a "matéria trazida na inicial do RHC o recorrente demonstrou de forma inequívoca o fato superveniente (julgamento dos corréus Reginaldo e Robson), que conjugado aos pedidos de nulidades absolutas constantes no Recurso de Apelação interposto, coaduna, por ora, com a desnecessidade da manutenção de sua prisão, uma vez que considerando a mesma ação existente entre os corréus e o recorrente no dia dos fatos, tem-se a possibilidade de um novo julgamento pelo I Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte/MG, postas as questões de direito aplicadas aos corréus Reginaldo e Robson" (e-STJ fl. 214).

Diante disso, requer o acolhimento dos embargos.

É o relatório. **Decido.**

Consoante prevê o art. 619, do Código de Processo Penal, o recurso de embargos de declaração é restrito às hipóteses de correção de omissão, obscuridade, ambiguidade ou contrariedade no acórdão embargado, ou ainda, segundo a jurisprudência, para corrigir erro material.

Na hipótese dos autos, o embargante de forma genérica aduz que há a

necessidade de manifestação por esta Corte acerca do resultado do julgamento que teria beneficiado os corréus. Todavia, não há nos autos nada que comprove a absoluta identidade da situação fático-processual do ora embargante e dos outros acusados, julgados em feito desmembrado, o que é imprescindível para que recebam o mesmo tratamento.

O *decisum* embargado de forma clara assentou que o recurso ordinário em *habeas corpus* não comportava provimento, uma vez que a manutenção da prisão preventiva estava devidamente justificada, na oportunidade destacou que (e-STJ fl. 203):

O juiz sentenciante destacou que o ora recorrente foi condenado por homicídio triplamente qualificado com emprego de violência contra a vítima. Ressaltou, ainda, que é reincidente, além de ostentar maus antecedentes.

No contexto, a garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Não é demais lembrar que, nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016).

Entendo que essa conjuntura fática justifica a manutenção da medida constritiva, em especial, para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Além disso, convém salientar que o entendimento esposado pelo magistrado singular e pela Corte a quo está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, tendo o recorrente permanecido preso durante todo o andamento da ação penal, não faria sentido, ausentes alterações nas circunstâncias fáticas, que, com a superveniência da condenação, fosse-lhe deferida a liberdade

Verifica-se, portanto, que a irresignação submetida ao crivo do Superior Tribunal de Justiça foi devidamente analisada, nos limites do seu conhecimento. Dessarte, não há se falar em acolhimento dos presentes embargos, porquanto a mera irresignação com o entendimento apresentado na decisão não autoriza a oposição de embargos de declaração.

De fato, "os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022), de modo que é inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas no acórdão embargado, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide" (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1076319/MG, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, DJe 22/08/2018).

Assim, resolvidas as questões com fundamentação satisfatória, caso a parte não se conforme com as razões declinadas ou considere a existência de algum equívoco ou erro de julgamento, não são os embargos, que possuem função processual limitada, a via própria para impugnar o julgado ou rediscutir a causa.

Destarte, os presentes embargos declaratórios não merecem acolhimento, porquanto não evidenciada a ocorrência de nenhum dos vícios previstos no art. 619 do CPP.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator